

AÇÃO RESCISÓRIA

ARAKEN DE ASSIS

2º edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS

Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais

ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI E JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Marinho e Quenia Becker

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Ferreira

Estagiária: Rebeca Crespo Rangel

Capa: Linotec

Adaptação capa: Ariel Villaba e Cinthia Riveiros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Assis, Araken de
Ação Rescisória / Araken de Assis. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo :
Thomson Reuters Brasil, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-1731-9

1. Ação rescisória 2. Ação rescisória - Brasil I. Título.

24-191428

CDU-347.922(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ação rescisória : Processo civil 347.922(81)
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Sumário

Parte I – Introdução à ação rescisória

CAPÍTULO 1 – ORIGEM E EVOLUÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA	21
§ 1.º Revisão da coisa julgada	21
1. Finalidade política da coisa julgada	21
2. Meio de impugnação à coisa julgada	24
3. Condição jurídica da decisão passível de rescisória	27
4. Coisa julgada formal e coisa julgada material	28
§ 2.º Evolução do meio de revisão	35
5. Origem da ação rescisória	35
6. Conceito e natureza da ação rescisória	38

Parte II – Objeto e fundamentos da ação rescisória

CAPÍTULO 2 – OBJETO DA AÇÃO RESCISÓRIA	41
§ 3.º Decisões rescindíveis e atos anuláveis	42
7. Decisões rescindíveis	42
7.1. Espécies de decisões rescindíveis	45
7.1.1. Decisão definitiva e decisão terminativa	47
7.1.2. Decisão global e decisão parcial	48
7.1.3. Decisão de procedência e decisão de improcedência...	49

7.2.	Conteúdo das decisões rescindíveis	49
7.2.1.	Conteúdo das decisões de improcedência.....	49
7.2.2.	Conteúdo das decisões de procedência	50
7.2.2.1.	Decisão condicional	50
7.2.2.2.	Decisão limitada	51
7.2.2.3.	Decisão dispositiva.....	54
7.2.2.4.	Decisão alternativa	55
7.2.2.5.	Decisão genérica.....	56
7.2.2.6.	Decisão impositiva	58
8.	Atos processuais anuláveis.....	60
8.1.	Objeto da ação anulatória.....	66
8.1.1.	Anulação dos atos das partes	68
8.1.2.	Anulação da sentença arbitral	70
8.1.3.	Anulação e declaração da inexistência da citação	71
8.2.	Fundamentos da ação anulatória.....	73
8.3.	Competência, procedimento e prazos da ação anulatória	75
8.4.	Efeitos da ação anulatória	76
§ 4.º Decisões do procedimento comum.....		78
9.	Decisão no capítulo principal	78
10.	Decisão em capítulo secundário.....	81
10.1.	Decisão quanto à sucumbência	82
10.2.	Decisão quanto aos acessórios do principal.....	86
10.3.	Decisão quanto às sanções processuais.....	88
10.4.	Decisão quanto aos honorários dos auxiliares	89
10.5.	Decisão quanto à multa coercitiva	89
§ 5.º Decisões dos procedimentos especiais.....		94
11.	Rescindibilidade nos procedimentos especiais.....	94
12.	Decisão na consignação em pagamento	95
13.	Decisão na ação de exigir contas.....	98
14.	Decisão na demarcação e na divisão de terras particulares	99
15.	Decisão nos embargos de terceiro	100

16. Decisão na ação monitoria.....	102
17. Decisão na jurisdição voluntária	104
18. Decisão no mandado de segurança.....	106
19. Decisão nas ações de alimentos.....	109
20. Decisão nas ações coletivas.....	112
21. Decisões na recuperação judicial e na falência.....	119
§ 6.º Decisões da execução	120
22. Decisão da liquidação de sentença.....	120
23. Decisão da exceção de pré-executividade.....	127
24. Decisão da oposição (embargos e impugnação)	129
25. Decisão extintiva da execução (autônoma e incidental).....	132
§ 7.º Decisões da tutela provisória	136
26. Espécies de medidas de urgência	136
27. Decisão da pretensão à segurança.....	144
28. Estabilização da tutela satisfativa antecipada.....	149
CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTOS DA AÇÃO RESCISÓRIA	155
§ 8.º Vícios rescisórios em geral.....	156
29. Panorama geral dos vícios rescisórios	156
30. Classificação dos vícios rescisórios.....	158
31. Caráter taxativo dos vícios rescisórios	159
§ 9.º Fundamentos gerais da rescisória.....	160
32. Vícios relativos à pessoa do julgador (prevaricação, concussão ou corrupção).....	160
32.1. Configuração do fundamento rescisório (prevaricação, concussão e corrupção)	162
32.2. Influência do julgado penal no fundamento rescisório (prevaricação, concussão e corrupção passiva).....	163
32.3. Efeitos do fundamento rescisório (prevaricação, concussão e corrupção passiva) em julgamento colegiado.....	165

33. Vícios relativos à pessoa e ao órgão judicial (impedimento e incompetência absoluta)	167
33.1. Rescisão em caso de impedimento do juiz	169
33.2. Rescisão em caso de incompetência absoluta do juízo.....	176
34. Vícios relativos à conduta das partes (dolo, coação, simulação e colusão)	181
34.1. Rescisória fundada em dolo do vencedor	183
34.1.1. Definição do dolo rescisório	184
34.1.2. Elementos do dolo rescisório	185
34.1.3. Autoria do dolo rescisório	192
34.1.4. Efeitos do dolo rescisório	193
34.2. Rescisória fundada em coação do vencedor.....	193
34.3. Rescisória fundada em simulação das partes.....	198
34.4. Rescisória fundada em colusão das partes	200
35. Vício relativo à coisa julgada	204
35.1. Modalidades de ofensa à coisa julgada	206
35.1.1. Função negativa da coisa julgada	207
35.1.1.1. Conflito de coisas julgadas	210
35.1.1.2. Condição jurídica da segunda coisa julgada.....	212
35.1.2. Função positiva da coisa julgada	215
35.2. Origem da segunda coisa julgada.....	220
35.2.1. Sentença estrangeira	220
35.2.2. Sentença arbitral.....	221
36. Vício <i>in iudicando</i> relativo ao direito aplicado.....	222
36.1. Compreensão de norma jurídica.....	223
36.2. Formas de violação da norma jurídica.....	227
36.3. Desnecessidade do prévio debate acerca da norma violada	228
36.4. Irrelevância do prévio debate acerca da norma violada	230
36.5. Relevância do dissídio jurisprudencial entre tribunais	231
36.6. Irrelevância da indicação do número do dispositivo ou do corpo legislativo	234

36.7.	Casos especiais: errônea aplicação do precedente e ulterior inconstitucionalidade da norma aplicada.....	236
37.	Vícios relativos ao juízo de fato	237
37.1.	Rescisória fundada na falsidade da prova.....	239
37.1.1.	Espécies de falsidade admissíveis	240
37.1.2.	Espécies de provas falsas	241
37.1.3.	Causalidade da prova falsa.....	242
37.1.4.	Declaração da falsidade da prova	243
37.2.	Rescisória fundada em prova nova.....	245
37.2.1.	Conceito de prova nova	247
37.2.2.	Momento da descoberta da prova nova	250
37.2.3.	Desconhecimento ou impossibilidade de produção da prova na causa originária	252
37.2.4.	Força probante decisiva da prova nova	254
37.2.5.	Efeitos da produção da prova nova	256
37.3.	Rescisória fundada em erro de fato	257
37.3.1.	Natureza do erro de fato	259
37.3.2.	Pressupostos do erro de fato	261
37.3.3.	Efeitos do erro de fato	264
	§ 10.º Fundamentos particulares da rescisória.....	264
38.	Rescisão da partilha judicial.....	264
39.	Vícios rescisórios da partilha judicial	265
39.1.	Rescisão da partilha por vícios da vontade	266
39.2.	Rescisão da partilha por incapacidade do herdeiro	267
39.3.	Rescisão da partilha por preterição das formalidades legais.....	267
39.4.	Rescisão da partilha por preterição de quem seja herdeiro	267
39.5.	Rescisão da partilha por inclusão de quem não seja herdeiro....	269
40.	Efeitos da rescisão da partilha judicial.....	270
	CAPÍTULO 4 – PRESSUPOSTOS PARTICULARES DA AÇÃO RESCISÓRIA ...	271
	§ 11.º Prazo da rescisória.....	271
41.	Fundamento e natureza do prazo da rescisória	271

42. Prazo comum e prazo especial da rescisória	276
43. Termo inicial do prazo da rescisória	277
43.1. Suspensão do prazo da rescisória.....	277
43.2. Termo inicial geral do prazo da rescisória.....	279
43.2.1. Oportunidade do trânsito em julgado	279
43.2.2. Objeto da última decisão.....	281
43.3. Termo inicial especial do prazo da rescisória	287
43.3.1. Termo inicial do prazo da rescisória fundada em prova nova	287
43.3.2. Termo inicial do prazo da rescisória fundada em simu- lação ou colusão.....	288
43.3.3. Termo inicial do prazo da rescisória fundada em de- claração de inconstitucionalidade	289
44. Termo final do prazo da rescisória	292
45. Contagem do prazo da rescisória.....	293
46. Efeitos da consumação do prazo da rescisória.....	294
§ 12.º Competência na rescisória	295
47. Competência em geral na rescisória.....	295
48. Competência do tribunal na rescisória	299
49. Equívoco no endereçamento da rescisória	306
50. Competência interna do tribunal na rescisória	309
51. Intervenção do sujeito federal na rescisória.....	310
§ 13.º Legitimidade na rescisória	311
52. Evolução da legitimidade ativa da rescisória	311
53. Legitimidade ativa das partes e dos sucessores	312
54. Legitimidade ativa do terceiro juridicamente interessado	315
55. Legitimidade ativa do Ministério Público	322
56. Legitimidade ativa da parte obrigatória preterida.....	327
57. Litisconsórcio ativo na rescisória.....	332
58. Intervenção do Ministério Público na rescisória	334
59. Legitimidade passiva em geral na rescisória.....	335

59.1. Legitimidade passiva das partes originárias.....	335
59.2. Legitimidade passiva do advogado	338
60. Legitimidade passiva da parte coletiva.....	341

Parte III – Procedimento da ação rescisória

CAPÍTULO 5 – ETAPA POSTULATÓRIA DA AÇÃO RESCISÓRIA	343
§ 14.º Formação do processo da rescisória	344
61. Demanda na rescisória.....	344
62. Procedimento da rescisória	347
63. Distribuição da ação rescisória.....	349
§ 15.º Requisitos da petição inicial da rescisória	353
64. Conjunto de requisitos da petição inicial da rescisória.....	353
65. Estrutura da petição inicial da rescisória.....	354
65.1. Endereçamento da petição inicial da rescisória.....	354
65.2. Identificação e qualificação das partes na rescisória	355
65.3. Causa de pedir na rescisória	356
65.4. Pedido e suas especificações na rescisória	361
65.4.1. Etapas do julgamento da rescisória	361
65.4.2. Cumulação de pedidos de rescisão e de novo julga- mento da causa	362
65.4.3. Cumulação de pedidos de rescisão	367
65.4.4. Correção da petição inicial na ausência de pedido de novo julgamento	367
65.5. Indicação do valor da causa da rescisória.....	368
65.6. Instrução da petição inicial da rescisória.....	369
65.7. Opção pela audiência de conciliação ou de mediação na res- cisória.....	372
65.8. Depósito preparatório da ação rescisória	374
65.8.1. Fundamento do depósito preparatório da ação rescis- sória	374

65.8.2.	Casos de dispensa do depósito preparatório da ação rescisória	375
65.8.3.	Forma e momento do depósito preparatório da ação rescisória	377
65.8.4.	Complementação do depósito preparatório da ação rescisória	378
65.8.5.	Efeitos da falta e da insuficiência do depósito preparatório da ação rescisória	379
65.8.6.	Destino do depósito preparatório da ação rescisória	380
65.9.	Requerimentos da petição inicial.....	380
§ 16.º Controle da inicial, citação do réu e efeitos da propositura		382
66.	Controle da petição inicial	382
66.1.	Provimento liminar positivo.....	382
66.2.	Provimento liminar preparatório	384
66.3.	Provimento liminar negativo	386
66.3.1.	Indeferimento da petição inicial da rescisória.....	386
66.3.2.	Improcedência liminar do pedido da rescisória.....	389
66.3.3.	Impugnação das decisões do relator	391
67.	Citação do réu na rescisória	392
68.	Efeitos da propositura da rescisória.....	393
§ 17.º Tutela provisória na rescisória		395
69.	Medidas de urgência na rescisória	395
69.1.	Natureza e objeto da medida de urgência na rescisória.....	397
69.2.	Pressupostos da medida de urgência na rescisória.....	399
69.3.	Competência na medida de urgência na rescisória	402
69.4.	Iniciativa da parte na medida de urgência na rescisória.....	404
69.5.	Momento da medida de urgência na rescisória	404
69.6.	Impugnação e efeitos da medida de urgência na rescisória	405
70.	Tutela da evidência na rescisória	405
§ 18.º Defesa do réu na rescisória		407
71.	Resposta do réu na rescisória	407

71.1.	Prazo da resposta.....	408
71.2.	Espécies de resposta.....	409
71.3.	Forma da resposta	411
71.3.1.	Datação da resposta.....	413
71.3.2.	Autenticação da resposta	413
71.3.3.	Instrução da resposta	414
71.3.4.	Local das intimações	415
71.4.	Destinatário da resposta	416
71.5.	Lugar da resposta.....	418
72.	Contestação do réu na rescisória	418
72.1.	Conteúdo da contestação	420
72.2.	Requisitos da contestação	425
72.2.1.	Endereçamento da contestação	426
72.2.2.	Identificação e qualificação do contestante.....	427
72.2.3.	Razões de fato e das razões de direito da defesa.....	429
72.2.4.	Especificação dos meios de prova na contestação.....	430
72.2.5.	Requerimentos da contestação	431
72.3.	Efeitos da contestação.....	432
72.4.	Aditamento da contestação	434
72.5.	Desentranhamento da contestação	436
73.	Reconvenção na ação rescisória	438
73.1.	Cabimento da reconvenção.....	442
73.2.	Requisitos da reconvenção	445
73.2.1.	Competência do tribunal na reconvenção.....	446
73.2.2.	Interesse processual na reconvenção.....	447
73.2.3.	Legitimidade ativa e passiva na rescisória reconven- cional	448
73.2.4.	Pendência da rescisória.....	452
73.2.5.	Prazo de decadência da rescisória reconvencional	452
73.2.6.	Conexão entre a rescisória e a reconvenção.....	453
73.3.	Efeitos da reconvenção	455
73.4.	Procedimento da reconvenção na rescisória.....	456

74. Defesas incidentais na rescisória.....	458
74.1. Correção da legitimidade passiva	460
74.2. Impugnação da distribuição.....	466
74.3. Arguição de falsidade	470
74.4. Impugnação ao litisconsórcio ativo	474
74.5. Exceção de parcialidade	478
75. Adesão ao pedido na rescisória.....	481
§ 19.º Inatividade do réu na rescisória	485
76. Revelia do réu.....	485
77. Efeitos da revelia	487
78. Eliminação da revelia	490
CAPÍTULO 6 – ETAPA INTERMEDIÁRIA DA AÇÃO RESCISÓRIA	493
§ 20.º Providências preliminares na rescisória.....	494
79. Cabimento das providências preliminares	494
79.1. Intervenção do Ministério Público.....	497
79.2. Correção da legitimidade passiva	497
79.3. Integração de litisconsorte necessário.....	498
79.4. Contradição da prova documental.....	498
79.5. Processamento da arguição de falsidade.....	499
80. Função das providências preliminares	500
81. Desnecessidade das providências preliminares.....	501
§ 21.º Especificação de provas na revelia	502
82. Pressupostos da especificação de provas	502
83. Determinação da especificação de provas e atitudes subsequentes	504
84. Aquisição do direito de provar	507
85. Deferimento dos meios de prova	508
§ 22.º Réplica do autor	508
86. Origem e evolução da réplica.....	508
87. Funções da réplica	510

88. Prazo da réplica	511
89. Objeto da réplica	511
89.1. Réplica à defesa de mérito indireta	511
89.2. Réplica à defesa processual	514
89.3. Réplica à prova documental	518
90. Efeitos da réplica	519
91. Tréplica do réu	521
§ 23.º Saneamento do processo	523
92. Suprimento e saneamento do processo	523
93. Destinatários do suprimento e do saneamento	525
94. Prazo de suprimento e de saneamento	526
§ 24.º Organização do processo	527
95. Formas da organização do processo	527
96. Rejeição das questões processuais	531
96.1. Objeto da decisão de rejeição	533
96.2. Obrigatoriedade da decisão de rejeição	536
96.3. Estabilização da decisão de rejeição	538
96.4. Recorribilidade da decisão de rejeição	542
97. Preparação da instrução e do julgamento	542
97.1. Delimitação consensual das questões	543
97.2. Fixação do tema da prova	545
97.3. Admissão dos meios de prova	547
97.4. Atribuição do ônus da prova	548
97.5. Delimitação das questões de direito	551
98. Delegação da atividade de instrução	552
98.1. Objeto da delegação	553
98.2. Órgão da delegação	555
98.3. Intervenção do Ministério Público na instrução	556
98.4. Recorribilidade das decisões do órgão delegado	556
98.5. Prazo da instrução e restituição	557

CAPÍTULO 7 – ETAPA DO JULGAMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA	559
§ 25.º Preparação do julgamento	559
99. Oportunidade do julgamento	559
100. Razões finais das partes	561
101. Atividades do relator	563
102. Competência do julgamento.....	565
103. Forma do julgamento	567
103.1. Conclusão ao revisor	567
103.2. Designação da sessão de julgamento	568
103.3. Debate oral da causa	569
103.4. Ordem da discussão da causa	570
103.5. Ampliação do quórum do julgamento	573
103.6. Formação do resultado do julgamento	577
104. Julgamento conjunto da ação e da reconvenção.....	582
§ 26.º Juízo de inadmissibilidade da rescisória	585
105. Preferência do juízo de inadmissibilidade	585
106. Fundamentos do julgamento da rescisória sem resolução do mérito	589
§ 27.º Juízo rescindente da rescisória	592
107. Julgamento antecipado do mérito	592
108. Decisão do mérito da rescisória	599
109. Força e efeitos da decisão do mérito	601
§ 28.º Juízo rescisório da rescisória	609
110. Cabimento do juízo rescisório	609
111. Limites do juízo rescisório.....	609
§ 29.º Efeitos do julgamento da rescisória	612
112. Conversão do depósito prévio em multa.....	612
113. Condenação ao reembolso das despesas e aos honorários sucumben- ciais	614
114. Cessação da tutela provisória.....	618

115. Autoridade de coisa julgada no juízo rescindente e no juízo rescisório....	619
116. Rescisória do julgamento da rescisória	621
§ 30.º Recursos na ação rescisória	623
117. Agravo interno.....	623
118. Embargos de declaração	624
119. Recursos especial e extraordinário	624
Índice alfabético-remissivo	627
Índice onomástico	643
Bibliografia.....	655